OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS A SERVIÇO DO INTÉRPRETE DO DIREITO NA ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DECORRENTES DE VÍCIO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

Vívian Eduarda Teixeira Araújo (IC) e Washington Carlos de Almeida Jr (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie.

RESUMO

A finalidade do presente estudo consistiu em analisar a interrelação entre os negócios jurídicos, os princípios do Direito Contratual e os vícios que podem afetar tais transações. Verificou-se que os contratos desempenham um papel crucial no Direito brasileiro, sendo a fonte mais importante do direito obrigacional e gerando diversas repercussões jurídicas. Contudo, esses negócios estão sujeitos a vícios sociais e de consentimento, os quais fragilizam sua instituição, diminuindo a autonomia privada e a autorregulação dos interesses individuais. Para evitar tais vícios, é essencial recorrer aos princípios contratuais, como a autonomia da vontade, consensualismo, força obrigatória, boa-fé, equilíbrio econômico do contrato e função social. A pesquisa exploratória, de natureza bibliográfica, revelou que esses princípios desempenham um papel fundamental na análise e solução dos problemas decorrentes dos vícios nos negócios jurídicos. O estudo destacou a interdependência entre os institutos dos negócios jurídicos e dos princípios contratuais, evidenciando que seu entendimento completo só é possível quando considerados em conjunto. Assim, o intérprete do Direito deve adotar uma abordagem integrada ao analisar contratos e solucionar questões relacionadas, a fim de otimizar seu raciocínio jurídico. Os resultados confirmaram a capacidade dos princípios contratuais de auxiliar nessa análise e, portanto, a pesquisa alcançou sua finalidade, fornecendo uma compreensão mais abrangente desses institutos e suas implicações.

Palavras-chave: Contratos. Vícios. Princípios.

ABSTRACT

The purpose of the present study was to analyze the interrelation between legal transactions, the principles of Contract Law, and the defects that can affect such transactions. It was found that contracts play a crucial role in Brazilian law, being the most important and common source of obligatory law, with significant legal repercussions. However, these transactions are susceptible to social and consent-related defects, which weaken their institution, reducing private autonomy and self-regulation of individual interests. To prevent such defects, recourse to Contract Law and its underlying principles is essential. The exploratory study employed a bibliographical approach, involving the consultation, compilation, and analysis of concepts

from various doctrinal sources. The research revealed that the principles of Contract Law, such as autonomy of will, consensualism, binding force, good faith, economic equilibrium of the contract, and social function, are fundamental in analyzing and resolving issues arising from defects in legal transactions. The study highlighted the interdependence between the institutions of legal transactions and contractual principles, demonstrating that a comprehensive understanding requires considering them together. Therefore, when interpreting contracts and addressing related problems, legal interpreters should adopt an integrated approach to optimize their legal reasoning. The results confirmed the capability of contractual principles to assist in this analysis, thus achieving the intended purpose of providing a broader understanding of these legal institutions and their implications.

Keywords: Contracts. Defects. Principles.

1. INTRODUÇÃO

No Direito brasileiro, os negócios jurídicos são de extensiva importância social, tal como os contratos que constata sua existência. Mais que confiabilidade e detalhamento aos acordos firmados, segundo o doutrinador Carlos Roberto Gonçalves (2021, p. 22), os contratos, que são a fonte mais comum e importante do direito obrigacional, também são responsáveis por “inúmeras repercussões no mundo jurídico”.

Nesse contexto, tem-se que os negócios jurídicos são caracterizados pela autonomia da vontade das partes e pela influência decisiva delas no que diz respeito ao resultado desejado. Entretanto, em incontáveis ocasiões, tais negócios são acometidos por vícios de natureza social (fraude contra credores e simulação) ou de consentimento (erro, dolo, coação, lesão e estado de perigo), gerando anulabilidade ou até mesmo, em casos de maior gravidade, a nulidade do negócio sem que haja possibilidade de confirmação pelas partes.

Quando isso ocorre, fica fragilizada a instituição do negócio jurídico, que é a principal forma de exercício da autonomia privada, como aponta Antônio Junqueira de Azevedo (2010, p. 41). Como consequência, ocorrem repercussões negativas associadas principalmente à perda da liberdade no âmbito do Direito privado, visto que fica reduzido o poder dos particulares de autorregulamentação dos próprios interesses.

Diante disso, é necessário analisar quais são os recursos que o Direito brasileiro oferece para solidificar a base contratual de modo que os aspectos que garantem um negócio jurídico livre de vícios, tal como a precisa manifestação da vontade, não sejam violados. Naturalmente, é ao Direito Contratual que se deve recorrer para examinar questões concernentes à integridade dos contratos. E para a análise do problema em pauta, a principal fundamentação teórica desse meio a ser utilizada é o conjunto dos princípios contratuais.

Em continuidade, segundo a classificação de Orlando Gomes (2020, p. 45), são seis os principais princípios contratuais, sendo os três primeiros os clássicos, e os três últimos, os modernos: autonomia da vontade, consensualismo, força obrigatória, boa-fé, equilíbrio econômico do contrato e função social. Idealmente, esses princípios existem para que seja mantido o equilíbrio e a eficácia nos contratos. Logo, nota-se que há falha na execução desses princípios quando um negócio jurídico é afetado por vício, mas há sucesso quando ele é concluído conforme o contrato e a vontade das partes. Estabelecida a influência dos princípios contratuais nos negócios jurídicos, é certo afirmar que, para o intérprete do Direito, eles são uma fonte ideal para compreender a natureza dos vícios de consentimento e dos vícios sociais, ainda, de que modo eles podem ser analisados e solucionados.

Isto posto, estabelece-se como desafio a questão do impasse entre a segurança que

o contrato busca assegurar entre as partes e a imprevisibilidade do êxito do negócio jurídico, que é determinado por relações humanas complexas e, muitas vezes, inconstantes. Desse modo, o raciocínio desenvolvido culmina no seguinte questionamento: de que forma os princípios do Direito Contratual poderão auxiliar o intérprete na análise e solução de problemas nas hipóteses de ocorrência de vícios de consentimento e vícios sociais nos negócios jurídicos?

À vista disso, é possível apontar como hipótese a ser trabalhada que os princípios do Direito Contratual possam ajudar o intérprete a analisar e solucionar a questão em pauta ao passo que eles permitem uma visão mais aprofundada e precisa acerca dos vícios dos negócios jurídicos e suas causas. Afinal, se há ocorrência de qualquer tipo de vício no negócio determinado por um contrato é porque, na prática, no mínimo um dos princípios não se fez presente. Logo, o resultado desejado é de que o intérprete do Direito possa encontrar o caminho para a análise e solução dos problemas causados por vícios sociais e de consentimento nos princípios do Direito Contratual, consultando e determinando quais deles não foram seguidos e identificando qual o vício que acometeu o negócio jurídico como resultado dessa falha contratual.

Estabelecido, portanto, que a referida pesquisa analisa a relação entre os princípios contratuais e os diversos vícios que acometem os negócios jurídicos, seu andamento naturalmente abordará, respectivamente, os tópicos citados.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

No que diz respeito aos princípios contratuais, mencionados brevemente ao decorrer do capítulo introdutório com respaldo na doutrina de Orlando Gomes, tem-se suas definições podem variar, mas essencialmente, as diferentes perspectivas entre estudiosos do Direito ainda os preservam.

Entre Gomes e Carlos Roberto Gonçalves, por exemplo, há divergências relevantes.

Ao passo que o primeiro os enumera, de forma já conhecida, como:

Afirma-se, assim, que atualmente há três princípios clássicos (autonomia da vontade, consensualismo e força obrigatória, aos quais se pode reconduzir o princípio da relatividade dos efeitos contratuais) e três novos princípios contratuais (boa-fé, equilíbrio econômico e função social) (Gomes, 2020, p. 45).

O segundo os lista da seguinte forma:

O direito contratual rege-se por diversos princípios, alguns tradicionais e outros modernos. Os mais importantes são os: da autonomia da vontade, da supremacia da ordem pública, do consensualismo, da relatividade dos efeitos, da obrigatoriedade, da revisão ou onerosidade excessiva e da boa-fé (Gonçalves, 2021, p. 47).

Nesse sentido, algumas observações são pertinentes:

Primeiramente, nota-se que Gonçalves (2021, p. 47) ressalta os princípios listados como “os mais importantes”, evidenciando se tratar de rol exemplificativo. Desse modo, é justificado que ocorram divergências entre os autores que elaboram sobre as bases do Direito Contratual. Assim, não há de que se falar em conjunto fixo, rígido e imutável de princípios norteadores dos contratos. Em contrapartida, Gomes (2020, p. 45) lista os princípios de modo afirmativo e categórico, sem abrir margem para a interpretação de que possa haver outros.

Em segunda análise, ainda é possível perceber que os princípios mais notáveis coincidem entre o que foi posto pelos dois autores, com a diferença da inclusão do princípio da relatividade dos efeitos, ou *res inter alios acta*, por Gonçalves (2021, p. 47). Ele é referente à extensão da eficácia do contrato, que fica restrita somente às partes da relação contratual, sem que possa afetar terceiros não envolvidos. Sobre esse conceito, o professor Rodrigo Mazzei (2008, p. 137) ressalta sua íntima ligação com o exercício da autonomia privada, que também é central a essa pesquisa, em razão de que, como já foi observado, a tutela da autonomia do sujeito na relação jurídica fica fragilizada quando ocorre um ou mais vícios em negócio jurídico.

Em conclusão, dada a ciência acerca da diversidade de interpretações relativas aos princípios contratuais, demonstrada sucintamente por meio da comparação entre dois célebres autores, figura que a atual pesquisa faz proveito da abordagem de ambos os estudiosos. De Gomes, em relação aos próprios princípios arrolados, e de Gonçalves, da menção de que os princípios aqui analisados e estudados não são os únicos existentes, mas tão somente aqueles que possuem especial relevância como foco de estudo.

2.1 AUTONOMIA DA VONTADE

A autonomia da vontade, elencada como o primeiro princípio clássico, é considerada a principal herança contratual romana no Direito brasileiro. Conforme elabora Carvalho de

Mendonça (1957, p. 7), ela é proveniente de um processo histórico que culminou no chamado “respeito à palavra dada”, que sustenta o próprio contrato como fonte do Direito obrigacional. Nesses termos, o professor Flávio Tartuce (2021, p. 996) acrescenta que, para o estudo e compreensão da autonomia da vontade, é imprescindível que se diferencie a liberdade contratual da liberdade de contratar.

Em síntese, a liberdade contratual, presente no art. 421 do Código Civil, diz respeito à possibilidade de escolher o conteúdo de um contrato. A liberdade de contratar, por sua vez, nas palavras de Tartuce (2021, p. 996), é “um direito existencial da personalidade advindo do princípio da liberdade”. É, desse modo, proveniente da manifestação inicial do indivíduo que, gozando de sua liberdade, decide celebrar um contrato.

Por fim, para Orlando Gomes (2020, p. 45), tal princípio “particulariza-se na liberdade de contratar”, repousando sobre o tríptico aspecto que abrange a liberdade de contratar em si, a liberdade de estipular o contrato e a liberdade de determinar seu conteúdo. Dessa forma, a autonomia da vontade pode ser definida a partir da variedade de conceitos apresentada, com a apropriada sucintez no contexto da referida pesquisa.

2.2 CONSENSUALISMO

Trata-se do segundo princípio contratual clássico. Por meio dele, determina-se que o consenso entre as partes é suficiente para aperfeiçoar o contrato. Tal disposição difere do Direito romano, no qual vigorava com primazia o formalismo, ao ponto que cada tipo contratual era acompanhado de um ritual específico, como o ato simbólico de pesar numa balança quando celebrado contrato real (Gomes, 2020, p. 57).

Assim, o Código Civil valoriza o consensualismo ao permitir a forma livre dos contratos, disposta no artigo 107. Vale ressaltar que há exceções, ao passo que nem todo contrato é simplesmente consensual. O principal exemplo é o dos contratos solenes, que demandam, sob pena de nulidade, forma específica, como o contrato de compra e venda de imóvel com valor acima de 30 salários mínimos, que precisa ser por instrumento público. Nesse sentido, o contrato real, que se perfaz somente com o cumprimento de uma determinada exigência, também pode ser considerado excepcional.

2.3 FORÇA OBRIGATÓRIA

O princípio da força obrigatória, elencado por último lugar entre os clássicos por Gomes, é apontado por Tartuce (2021, p. 1023) como decorrente da ideia clássica de autonomia da vontade. Isso se dá porque tal princípio, também conhecido como “*pacta sunt servanda*”, consiste no exercício da própria vontade das partes para restringi-la assim que formado o contrato, de modo que ambas se constringam a cumpri-lo. Desse modo, nas palavras de Silvio Rodrigues (2016, p. 17), “o contrato vai constituir uma espécie de lei privada entre as partes, adquirindo força vinculante igual à do preceito legislativo”.

Ademais, segundo Carlos Roberto Gonçalves (2021, p. 57), o princípio em questão possui dois fundamentos. São eles, mais bem explicados pelas próprias palavras do doutrinador:

a) a necessidade de segurança nos negócios, que deixaria de existir se os contratantes pudessem não cumprir a palavra empenhada, gerando a balbúrdia e o caos; b) a intangibilidade ou imutabilidade do contrato, decorrente da convicção de que o acordo de vontades faz lei entre as partes, personificada pela máxima *pacta sunt servanda* (os pactos devem ser cumpridos), não podendo ser alterado nem pelo juiz. Qualquer modificação ou revogação terá de ser, também, bilateral. O seu inadimplemento confere à parte lesada o direito de fazer uso dos instrumentos judiciais para obrigar a outra a cumpri-lo, ou a indenizá-la pelas perdas e danos, sob pena de execução patrimonial (CC, art. 389).

Em relação à previsão legal, vale ressaltar que, apesar de não haver menção explícita ao princípio da força obrigatória no Código Civil, seus artigos 389, 390 e 391, referentes às consequências do inadimplemento, reforçam sua existência no ordenamento brasileiro ao passo que evidenciam a importância do cumprimento das obrigações estabelecidas entre as partes.

2.4 BOA-FÉ OBJETIVA

Antes do Código Civil de 2002, a boa-fé era conceituada de forma subjetiva, atrelada, portanto, à intenção do sujeito de direito. Nesse sentido, Tartuce (2021, p. 1026) aponta que tal subjetividade “mantinha relação direta com aquele que ignorava um vício relacionado com uma pessoa, bem ou negócio”, análise essa que se faz especialmente relevante no contexto da atual pesquisa, que possui os vícios como um dos temas centrais. Isso posto, tem-se que a boa-fé sob o prisma *objetivo* já era pensada desde o Direito Romano, vindo a se consolidar com o jusnaturalismo, que impulsionou a ideia da boa-fé associada à conduta das partes, e não mais à intenção.

Nesse sentido, é evidente que a boa-fé objetiva no Direito brasileiro transcende os limites do Direito Contratual, ao passo que ela está presente, por exemplo, no Direito Processual, como “boa-fé objetiva processual” (art. 5º CPC 2015), tal como no Direito do Consumidor (art. 4º, III), como princípio basilar das relações de consumo nacionais. Finalmente, a boa-fé objetiva é considerada por Miguel Reale (2003, p. 1), “o cerne em torno do qual girou a alteração de nossa Lei Civil”. Com essa observação, o jurista enfatiza dois artigos, figurando o último deles como princípio contratual, e portanto, de maior relevância para o presente estudo. Lê-se:

[...] destaco dois artigos complementares, o de nº 113, segundo o qual ‘os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração’, e o Art. 422 que determina: ‘os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé’.

2.5 EQUILÍBRIO ECONÔMICO

Em contraste ao princípio da força obrigatória, que preconiza o contrato como a lei entre as partes, o princípio moderno do equilíbrio econômico (ou sinalagma) se opõe à rigidez impositiva do *pacta sunt servanda* visando prevenir a ocorrência de lesão, presente no art. 157 CC, ou resolução por onerosidade excessiva, disciplinada no art. 478 CC. Essa primeira, em especial, será analisada mais à frente, nos próximos tópicos.

Apesar de citado em menor frequência quando comparado aos outros princípios, é inegável que o equilíbrio econômico também possui grande importância entre os princípios contratuais. Isso se dá porque a existência desse princípio busca garantir tanto o equilíbrio econômico entre as partes, quanto a aplicação justa da força obrigatória, que jamais deve oprimir, enfraquecer ou prejudicar qualquer um dos contratantes.

2.6 FUNÇÃO SOCIAL

No artigo 421 do Código Civil vigente, fica disposto que “A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”. Trata-se do último princípio contratual moderno, em ordem de estudo.

Sobre esse princípio, é fato que ele constitui uma das grandes inovações do Código Civil de 2002, ao passo que eleva o papel do contrato de servir ao indivíduo a um novo

patamar: a partir dele, percebe-se o contrato como ferramenta à serviço da sociedade. Na letra de Orlando Gomes (2020, p. 68): “O poder negocial é, assim, funcionalizado, submetido a interesses coletivos ou sociais”.

Ademais, Tartuce (2021, p. 1004) precisamente estabelece, para fins de melhor compreensão, a metáfora de uma bolha. Segundo o autor, tal princípio seria equivalente à agulha que fura a bolha do contrato, fazendo com que sua interpretação não seja proveniente apenas do acordo entre os contratantes, mas sim, da realidade que os circunda – garantindo, assim, que o contrato atenda aos interesses da pessoa humana, transcendendo sua função de conferir às partes segurança jurídica.

Por fim, de maneira análoga, assim como o princípio do equilíbrio econômico tem como uma de suas funções regular a atuação da força obrigatória, a função social dos contratos, segundo análise de Gonçalves (2021, p. 27), cumpre o propósito de impedir a prevalência dos princípios tradicionais da autonomia da vontade e da obrigatoriedade de modo que possa causar desequilíbrio entre as partes.

2.7 NEGÓCIOS JURÍDICOS, RETOMADA E VÍCIOS

Feito o sobrevoo pelos princípios contratuais, o caminho da pesquisa agora progride para o estudo dos negócios jurídicos. Nesse tópico, são especialmente pertinentes a retomada da definição de “negócio jurídico”, sua relação com o instituto dos contratos e quais são seus vícios.

Por definição, o negócio jurídico, já tratado brevemente na introdução como “a principal forma de exercício da autonomia privada”. A fim de complementar o que já foi estabelecido, vale a menção a Álvaro Villaça Azevedo (2012, p. 169). Segundo o autor, no negócio jurídico, “as partes interessadas, ao manifestarem sua vontade, vinculam-se, estabelecem, por si mesmas, normas regulamentadoras de seus próprios interesses”.

A partir da definição dada, é imediatamente notável a proximidade conceitual entre o instituto do negócio jurídico propriamente dito e o contrato. Afinal, o contrato também é um vínculo entre partes com o objetivo de regulamentar interesses. Nesse sentido, Orlando Gomes (2020, p. 24) coloca a ligação entre contrato e negócio jurídico da seguinte maneira:

Da conexão entre os dois conceitos, o de contrato e o de negócio jurídico, segue-se que o daquele contém todas as características do outro, por ser um conceito derivado. Eis por que as noções comuns a todos os negócios jurídicos, bilaterais ou unilaterais, se estudam na parte geral ou introdutória

do Direito Civil.

Dessa forma, fica evidente que o contrato é um gênero de negócio jurídico. Essa relação de derivação permite, portanto, a associação primordial para as finalidades da referida pesquisa, que é a do uso dos princípios contratuais para sanar vícios típicos dos negócios jurídicos que possam incidir no contrato.

E assim, no tópico de vícios de negócios jurídicos, é cabível a análise de todos aqueles já mencionados também no capítulo introdutório, para que fiquem explícitas suas circunstâncias e hipóteses de surgimento, tal como suas particularidades notáveis. A partir desse ponto, será enfim possível compreender como qual vício deriva da ausência de um ou mais princípios do contrato.

De maneira análoga àquela dos princípios contratuais, citadas ordenadamente com referência na obra de Orlando Gomes, os vícios dos negócios jurídicos serão analisados com respaldo na bibliografia de Tartuce (2021, p. 149) conforme a seguinte lógica sequencial:

São vícios da vontade ou do consentimento: o erro, o dolo, a coação, o estado de perigo e a lesão. Os dois últimos constituem novidades, eis que não estavam tratados pelo Código Civil de 1916. O problema acomete a vontade, repercutindo na validade do negócio celebrado (segundo degrau da Escada Ponteana). Também serão analisados [...] a fraude contra credores e o enquadramento ou não da simulação como vício social. Esses institutos jurídicos são condenados pela repercussão social, atentatórios que são à boa-fé e à socialidade.

2.8 ERRO E VÍCIO REDIBITÓRIO

Na palavra da doutrina de Carlos Roberto Gonçalves (2021, p. 196), é posto que:

A declaração de vontade é elemento estrutural ou requisito de existência do negócio jurídico. Para que este seja válido, todavia, é necessário que a vontade seja manifestada livre e espontaneamente. Pode acontecer, no entanto, que ocorra algum defeito na sua formação ou na sua declaração, em prejuízo do próprio declarante, de terceiro ou da ordem pública.

Nesse sentido, tem-se que esse primeiro vício, tal qual o dolo, a coação, a lesão e o estado de perigo, pertencem à categoria dos vícios de consentimento, que nascem a partir da mácula que incide na manifestação de vontade de uma das partes, corrompendo estruturalmente o negócio jurídico.

Explicada sua categoria, tem-se que o erro é, por definição, um autoengano que incide na vontade de uma das partes que celebra o negócio jurídico. Sua principal característica é a falsa percepção da realidade que acomete a parte sem que haja indução de terceiros, tornando o negócio passível de anulabilidade (desde que substancial), conforme os arts. 138 e 139 do Código Civil:

Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Art. 139. O erro é substancial quando:

I- interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;

II- concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante; III - sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.

Notado que o art. 139 descreve o erro substancial como uma das formas desse vício de consentimento, pertinente torna-se a diferenciação entre o erro substancial e o acidental, tal como a distinção entre vício descrito e o vício redibitório. Vale ressaltar que existem outras modalidades de erro (como o real e o impróprio), mas que o presente estudo se atém tão somente às designadas mais significativas, com o objetivo de realizar justamente um sucinto sobrevoo sobre o tópico. Estabelecido isso, Pablo Stolzen Gagliano (2008, p. 348) aponta que:

Substancial é o erro que incide sobre a essência (substância) do ato que se pratica, sem o qual este não se teria realizado. É o caso do colecionador que, pretendendo adquirir uma estátua de marfim, compra, por engano, uma peça feita por material sintético.

Em contrapartida, o erro acidental incide sobre atributos e circunstâncias que não são centrais ao negócio jurídico, e portanto, não o tornam passível de anulabilidade. Sobre o assunto, esclarece Maria Helena Diniz (2012, p. 497):

O erro acidental, concernente às qualidades secundárias ou acessórias da pessoa, ou do objeto, não induz anulação do negócio por não incidir sobre a declaração da vontade (RT, 596:89; RJTJSP, 133:52) se puder, por seu contexto e circunstâncias, identificar a pessoa ou a coisa.

Para concluir, cabe a comparação do erro com o instituto do vício redibitório. Sobre tal distinção, escreve Tartuce (2021, p. 1102):

Na esteira da melhor doutrina, não há que se confundir o vício redibitório com o erro. No caso de vício redibitório o problema atinge o objeto do contrato, ou seja, a coisa. No erro o vício é do consentimento, atingindo a vontade, pois a pessoa se engana sozinha em relação a um elemento do negócio celebrado.

No tocante às consequências de cada vício, também há de que se falar em diferenças. Ao passo que o erro (substancial) torna o negócio jurídico anulável, a presença do vício redibitório garante ao adquirente o direito de reclamar abatimento no preço, ao invés de rejeitar a coisa, conforme enuncia o art. 442. Ademais, o art. 443 do Código Civil enuncia de forma clara a repercussão para a parte alienante: “Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato”.

O vício redibitório, por sua vez, é aquele vício em relação à própria coisa adquirida, considerado oculto por grande parte dos doutrinadores. Nesse sentido, Tartuce (2021, p. 1102) estabelece uma definição sucinta ao escrever que os vícios redibitórios “podem ser conceituados como os defeitos que desvalorizam a coisa ou a tornam imprópria para uso”. No tocante à distinção entre o vício redibitório e o erro, portanto, destaca-se o exemplo do professor José Fernando Simão (2003, p. 75):

Exemplo clássico, já utilizado pelos romanos, é o dos candelabros prateados que o comprador adquire pensando serem de prata. Não há defeito ou vício intrínseco à coisa. O que ocorre é vício no consentimento, consentimento defeituoso, pois o declarante acreditava que eram realmente de prata. Se soubesse que os candelabros não eram de prata, o comprador sequer os teria comprado (o erro, nesse caso, é essencial). O defeito, como vício de consentimento, é subjetivo, há uma falsa ideia da realidade. Em última análise, o comprador não queria comprar. No caso de vício redibitório, o negócio é ultimado tendo em vista um objeto com aquelas qualidades que todos esperam que possua, comum a todos os objetos da mesma espécie. Porém, àquele objeto específico falta uma dessas qualidades, apresenta um defeito oculto, não comum aos demais objetos da espécie. Nesse caso, o comprador realmente queria comprar aquela coisa, mas há defeito no objeto, o defeito como vício oculto é objetivo. Não há disparidade entre a vontade e a declaração.

Esclarecida tal distinção, tem-se que o erro, em se tratando de autoengano, não implica em violação a boa-fé objetiva. O que pode ocorrer, em verdade, é o prejuízo à força obrigatória dos contratos, ao passo que os termos que delimitam o negócio jurídico estabelecidos foram corrompidos pela percepção equivocada de ao menos uma das partes. Também, de modo mais perceptível, vem a ocorrer uma condição incompleta do exercício da autonomia da vontade, postulado pelo princípio contratual de mesmo nome, visto que, sob falsa noção da realidade, aquele que comete o erro torna-se incapaz de manifestar-se

conforme plena autonomia. Isso porque a confusão em relação às premissas fáticas que circundam determinado negócio jurídico impedem o pleno gozo da liberdade da parte que, se tivesse compreendido a realidade das referidas premissas, talvez agisse de forma diversa.

2.9 DOLO

O dolo, no Direito brasileiro, possui múltiplas definições que variam quando sob o prisma de diferentes doutrinadores. Em virtude da relevância do autor Pontes de Miranda (2012, Tomo IV, §449) para a fundamentação dos Negócios Jurídicos, tal qual para a Direito Civil de modo mais abrangente, será adotada sua definição em relação ao dolo: “todo ato, positivo ou negativo, que intencionalmente suscita, fortalece, ou mantém erro de outra pessoa, com a consciência de que esse erro lhe determina ou concorre para lhe determinar a manifestação de vontade”. É, portanto, o uso de palavras ardilosas, de argumentos maliciosos, para levar alguém a fazer algo que, se não fosse por tal influência, não o teria feito.

Por ser de difícil identificação, o vício do dolo deve ser considerado a partir do parâmetro de conduta da pessoa comum e razoável. A natureza ardilosa do vício, de imediato, constitui violação à boa-fé, um dos princípios modernos resguardados pelo direito contratual. Não podem conviver, no mesmo negócio jurídico, intenção consciente de enganar a outra parte e boa-fé objetiva. Do mesmo modo é comprometido o princípio da autonomia da vontade pois, havendo o dolo, a liberdade de contratar para aquele que sofre o dolo não se perfaz da mesma forma que ocorreria caso a parte contrária não tivesse o levado a uma manifestação indesejada. A mesma possibilidade de manifestação diversa por parte da parte também pode ser percebida na comparação entre tal princípio e o erro, como pode ser observado no capítulo anterior.

2.10 COAÇÃO

A coação, terceiro vício de consentimento em ordem de estudo, é definida por Tartuce (2021, p. 432) como “uma pressão física ou moral exercida sobre o negociante, visando obrigá-lo a assumir uma obrigação que não lhe interessa”.

O estudo da coação, que pode ser física ou moral (proveniente do constrangimento ou pressão psicológica), é de notável importância no contexto da formação de contratos e negócios jurídicos, contando com ampla presença jurisprudencial. O próprio autor ressalta,

em sua obra, pertinente jurisprudência que demonstra um dos diversos casos de negócio jurídico anulado por coação. Ressalta-se que, nos termos do art. 178, inc. I, do CC/2002, o prazo decadencial para proposição de ação anulatória é de 4 anos, contados da data em que cessa a coação.

No exemplo posto, foi anulado um contrato de doação no valor de R\$20.000,00 que foi feito a uma igreja reconhecida nacionalmente. A anulação ocorreu porque a donatária, uma fiel, estava passando por múltiplas complicações em sua vida pessoal, tais quais um divórcio litigioso, divisão da empresa que havia construído com seu ex-marido e recentes internações por transtorno afetivo bipolar e um surto maníaco. Em razão de todas essas circunstâncias, o magistrado concluiu que foi exercida sobre a fiel forte pressão psicológica, já que seu momento frágil de vida a tornou mais vulnerável ao discurso religioso que a pressionou psicologicamente (Rio Grande do Sul, 2011).

Nesse sentido, fica evidente o art. 152 do CC/2002, que de forma muito necessária postula a importância de considerar fatores como sexo, idade, condição e saúde do paciente para determinar se houve ou não coação em cada caso. No artigo seguinte da mesma codificação, ainda, resta claro que a coação não se configura pela ameaça de exercício regular de direito ou mero temor reverencial.

A autonomia da vontade, novamente, como é bem natural aos vícios de consentimento, figura como princípio que pode facilmente ser prejudicado pela presença de coação no contrato. Isso ocorre porque a coação exercida influi diretamente na capacidade da parte de agir, inclusive em razão de situações como aquela jurisprudencial de vulnerabilidade emocional, psíquica ou até física. A violação à boa-fé objetiva, em consonância à necessidade de análise pontual de cada caso como é característica para identificar a coação, também deve ser cautelosamente averiguada, podendo ou não estar presente.

2.11 ESTADO DE PERIGO

O estado de perigo, na letra da lei, define-se da seguinte forma, conforme o art. 156 do CC: “Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.” Como recurso didático, o doutrinador Tartuce (2021, p. 436) estabelece, de forma bastante pertinente, que o estado de perigo corresponde à combinação da situação de perigo, conhecida pela outra parte (elemento subjetivo) com a onerosidade excessiva (elemento objetivo).

Tal qual o instituto da lesão (que há de ser mencionada no próximo capítulo), a respeito desse vício, também há conexão explícita a princípio contratual – nesse caso, também há que se falar em função social do contrato. A referida relação se encontra no enunciado 148 da III Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Superior Tribunal, por meio do qual é contemplado que “ao ‘estado de perigo’ (art. 156) aplica-se, por analogia, o disposto no § 2.º do art. 157”. A aplicação analógica, portanto, é feita justamente para que, em casos de negócios jurídicos acometidos pelo vício do estado de perigo, também haja possibilidade de preservação da relação jurídica firmada.

2.12 LESÃO

A lesão contemplada no art. 157 do CC, por definição legal, ocorre “quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta”.

Para compreender verdadeiramente a lesão, é fundamental que ela não seja confundida com, simplesmente, um mau negócio. Deve haver, portanto, real gravidade e dano para que se configure a lesão. Tal qual estabelece Tartuce (2021, p. 440), a lesão se faz presente no “negócio totalmente desproporcional, utilizado para massacrar patrimonialmente uma das partes”.

Outro fato sobre o vício em questão cujo esclarecimento é fundamental para que se evite confusão conceitual diz respeito ao momento de seu surgimento. A lesão, como vício de formação (o que fica explícito no § 1.º do art. 157), não se confunde com o posterior desequilíbrio negocial, que se enquadrará nos casos de resolução contratual por onerosidade excessiva, figurando nos arts. 317 e 478 do CC.

Ademais, a lesão, entre todos os outros vícios, é o instituto que possui uma das ligações mais explícitas a um princípio contratual, foco central da presente pesquisa. Tal conexão fica evidente no Enunciado 149 do CJF/STJ, que dispõe:

em atenção ao princípio da conservação dos contratos, a verificação da lesão deverá conduzir, sempre que possível, à revisão judicial do negócio jurídico e não à sua anulação, sendo dever do magistrado incitar os contratantes a seguir as regras do art. 157, § 2.º, do Código Civil de 2002.

Portanto, em se tratando desse vício em específico, a regra não é a anulação, mas sim, a revisão, em respeito ao princípio da conservação contratual que, segundo a lógica do

presente estudo, fica categorizado como aspecto da função social do contrato, em virtude da íntima relação entre tais princípios (Tartuce, 2021, p. 436).

2.13 FRAUDE CONTRA CREDORES

A Fraude contra credores, vício social, é caracterizada, como bem explicado por Carlos Roberto Gonçalves (2021, p. 222) pela manifestação de vontade que ocorre exatamente segundo a intenção daquele que pratica – no caso, a de prejudicar os credores. Por esse motivo, não se trata de vício de consentimento. A fraude contra credores, na prática, ocorre por meio da transferência de bens ou pela realização de atos que reduzam o patrimônio do devedor de forma maliciosa, a fim de evitar o pagamento das dívidas existentes. Essa prática, em suma, tem como objetivo fraudar o direito de execução dos credores, tornando-se um obstáculo para a satisfação de seus créditos.

Desse modo, sabendo que a fraude contra credores é vício gerado por intenção maliciosa que alcança a esfera do Direito, é evidente a ligação entre o negócio jurídico acometido por tal vício e a ausência do princípio da boa-fé. Sobre isso, Silvio de Salvo Venosa (2008, p. 427) postula que “É interesse da sociedade coibir a possibilidade de alguém obter proveito com a própria fraude”. Nesse sentido, também há que se falar em função social do contrato. Segundo Humberto Theodoro Júnior (2003, p. 95), a fraude contra credores (bem como a simulação) serve de bússola para o jurista ao aplicar a função social do contrato, sob pena de prejudicar a finalidade econômica do contrato, de circular riquezas. Portanto, evidente a correlação entre os institutos, nota-se também que resta fragilizado o princípio contratual da função social sempre que a fraude contra credores se configura.

2.14 SIMULAÇÃO

A simulação, por fim, pode ser considerada o vício mais grave a afetar o negócio jurídico. Evidência dessa afirmação está no próprio tratamento dado a ela pelo legislador, que permite que sua nulidade transcenda a vontade das partes envolvidas, devendo ser apontada pelo juiz, ou podendo ser alegada por qualquer interessado ou pelo Ministério Público. Além disso, não é suscetível de confirmação e tampouco convalesce com o decurso do tempo. Trata-se, portanto, de vício social no qual duas pessoas ou mais, previamente ajustadas, celebram um negócio jurídico com a finalidade de causar prejuízo a terceiros. Como bem explica a disposição legal, Flávio Tartuce (2021, p. 449) delimita a distinção entre os tipos de

prejuízo em três. São elas: a simulação subjetiva, que busca a transferência de direitos a um sujeito a quem não pertencem; a simulação objetiva, quando o negócio é contaminado por declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira; ou, ainda, uma forma diversa de simulação objetiva quando instrumentos particulares forem pré ou pós-datados.

Tomando ciência da condição de vício social, assim como ocorre com a fraude contra credores, fica comprometido o princípio da função social do contrato. A citação da bibliografia de Humberto Theodoro Júnior, supracitada, cumpre o mesmo propósito para o capítulo, ao passo que a natureza do vício social viola, da mesma forma, o princípio que busca pela primazia do objetivo social de contratar. O mesmo pode ser dito sobre a boa-fé objetiva, observado que é contrariada sob condição também semelhante ao de outros vícios sociais. Em especial, o dolo, porque no contexto da simulação, fala-se, geralmente, em ardisidade. A menção à ardisidade como generalidade provém da distinção feita pelo Código Civil de 1916, extinta pela atual codificação civilista, entre a simulação intencional e a “simulação inocente”, prevista pelo art. 103 do antigo código, na qual a simulação deixava de ser defeito imputável ao negócio jurídico caso praticada sem a intenção de violar a lei ou prejudicar terceiros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente estudo, confirmou-se que os princípios do Direito Contratual são amplamente capazes de auxiliar o intérprete na análise e solução de problemas nas hipóteses de ocorrência de vícios de consentimento e vícios sociais nos negócios jurídicos. Isso porque, conforme o respaldo bibliográfico, bem como o raciocínio jurídico compilado e desenvolvido, há uma integração profunda entre os institutos dos negócios jurídicos e dos princípios contratuais.

O estudo acerca de cada vício capaz de acometer os negócios jurídicos pode ser complementado pelo apontamento de ao menos um princípio contratual relacionado cuja aplicação fica comprometida na presença do vício, demonstrando que são categorias no estudo do Direito que estão interligadas e se afetam diretamente. Nesse sentido, a integração entre tais institutos é tamanha que, evidentemente, não se restringe ao que foi apontado neste estudo.

A principal finalidade da pesquisa, portanto, é atingida com o devido entendimento que não podem os princípios contratuais serem compreendidos por completo sem que sejam levados em consideração os negócios jurídicos, bem como seus respectivos vícios, e vice-versa. Desse modo, ao analisar contratos e solucionar problemas a eles relacionados o

intérprete do Direito deve vislumbrar toda a extensão dos objetos de estudos e, por consequência, seus pontos convergentes, para que possa desenvolver seu raciocínio jurídico da forma mais eficaz possível.

4. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral do direito civil**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2012.

AZEVEDO, Antônio Junqueira. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolzen. **Novo curso de direito civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: parte geral. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. I.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: contratos e atos unilaterais. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. III.

MAZZEI, Rodrigo. O princípio da relatividade dos efeitos contratuais e suas mitigações. **Argumentum**, Marília, n. 8, p. 135-168, 2008. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/viewFile/884/531>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MENDONÇA, Manuel Inácio Carvalho de. **Contratos no direito brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1957. t. I.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. 1. ed. São Paulo: RT, 2012.

REALE, Miguel. A boa-fé no Código Civil. **Miguel Reale**, São Paulo, p. 1-4, 16 ago. 2003. Disponível em: <https://www.miguelreale.com.br/artigos/boafe.htm>. Acesso em: 19 jul. 2023

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 583443-30.2010.8.21.7000, 9.ª Câmara Cível, Esteio. Relator: Des. Iris Helena Medeiros Nogueira. Rio Grande do Sul, RS, 26 de janeiro de 2011. **Diário da Justiça Eletrônico**. Esteio, 11 mar. 2011.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**: dos contratos e das declarações unilaterais de vontade. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SIMÃO, José Fernando. **Vícios do produto no novo Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 2003.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Método e Gen, 2021.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **O contrato e sua função social**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2008.

Contatos: vivianeduardataraujo@yahoo.com.br e washingtoncarlos.almeida@mackenzie.br